



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS

Individuais e Consolidadas

30 de setembro de 2023

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
1 Contexto operacional	13
2 Base de preparação e apresentação	14
3 Caixa e equivalentes de caixa	14
4 Aplicações financeiras	15
5 Contas a receber	15
6 Investimentos	16
7 Imobilizado	19
8 Intangível	22
9 Fornecedores	24
10 Tributos a recolher sobre o lucro	24
11 Concessões a pagar	26
12 Financiamentos e debêntures	27
13 Provisão para compromissos futuros	29
14 Processos judiciais	29
15 Patrimônio líquido	34
16 Receita líquida	35
17 Custos e despesas operacionais	36
18 Receitas e despesas financeiras	38
19 Transações com partes relacionadas	38
20 Instrumentos financeiros	39
21 Cobertura de seguros	46
22 Compromissos	46
23 Informações complementares ao fluxo de caixa	47
24 Eventos subsequentes	47



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Aliança Geração de Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia") em 30 de setembro de 2023, que compreendem os balanços patrimoniais condensados, individuais e consolidados, em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, em 30 de setembro de 2023, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, em 30 de junho de 2023, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro 2022, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	387.159	422.189	482.710	491.003
Aplicações financeiras	4	15.900	26.372	26.462	27.122
Contas a receber	5	127.920	119.567	140.715	132.527
Estoques		10.141	10.765	11.067	11.492
Tributos a recuperar		4.348	4.713	5.415	10.585
Dividendos a receber	19	21.874	34.723	-	-
Outros valores a receber		14.036	10.530	14.356	10.253
Total do ativo circulante		581.378	628.859	680.725	682.982
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	15.136	13.697
Tributos a recuperar		-	-	3.756	4.318
Depósitos vinculados a litígios	14.b	7.059	6.078	7.070	6.089
Outros valores a receber de partes relacionadas	19	164.208	156.212	164.302	156.212
Outros valores a receber		4.521	12.814	4.521	12.814
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	-	-	646	606
		175.788	175.104	195.431	193.736
Investimento	6	1.621.321	1.344.651	-	-
Imobilizado	7	1.253.877	1.293.936	2.967.025	2.780.142
Intangível	8	618.092	657.734	650.071	690.357
Total do ativo não circulante		3.669.078	3.471.425	3.812.527	3.664.235
Total do ativo		4.250.456	4.100.284	4.493.252	4.347.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Balanços patrimoniais

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro 2022, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	41.916	52.995	63.833	76.001
Salários e encargos a pagar		14.247	13.637	14.247	13.637
Tributos e contribuições sociais a recolher		8.991	7.774	9.755	9.185
Tributos a recolher sobre o lucro	10	77.252	7.780	77.585	12.296
Concessões a pagar	11	41.032	41.047	41.032	41.047
Financiamentos e debêntures	12	161.109	134.435	173.314	145.861
Arrendamentos		1.465	1.434	4.565	2.603
Encargos regulatórios a recolher		5.148	6.884	5.204	6.912
Provisão para compromissos futuros	13	18.544	14.997	19.857	15.997
Dividendos a pagar	15.a	126.410	281.409	126.410	281.409
Outros passivos		5.223	10.258	5.296	10.287
Total do passivo circulante		501.337	572.650	541.098	615.235
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	11	221.867	234.639	221.867	234.639
Financiamentos e debêntures	12	676.415	710.257	846.573	887.619
Arrendamentos		1.747	2.635	20.332	15.859
Encargos regulatórios a recolher		2.132	8.929	2.132	8.929
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	292.221	279.014	292.221	279.014
Provisão para compromissos futuros	13	82.975	89.423	97.267	103.185
Provisões para processos judiciais	14	170.931	163.748	170.931	163.748
Total do passivo não circulante		1.448.288	1.488.645	1.651.323	1.692.993
Total dos passivos		1.949.625	2.061.295	2.192.421	2.308.228
PATRIMÔNIO LÍQUIDO15					
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Reserva de lucros		181.084	181.084	181.084	181.084
Lucros acumulados		261.842	-	261.842	-
Total do patrimônio líquido		2.300.831	2.038.989	2.300.831	2.038.989
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.250.456	4.100.284	4.493.252	4.347.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
RECEITA LÍQUIDA	16	834.457	815.805	933.354	876.056
Energia elétrica comprada para revenda		(109.323)	(217.271)	(115.407)	(220.378)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(51.334)	(52.668)	(58.859)	(62.568)
Depreciação e amortização		(98.037)	(92.100)	(135.270)	(113.733)
Repactuação do risco hidrológico		-	67	-	67
Outros custos com geração de energia		(83.262)	(78.569)	(95.528)	(87.886)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(341.956)	(440.541)	(405.064)	(484.498)
LUCRO BRUTO		492.501	375.264	528.290	391.558
Despesas gerais e administrativas	17.b	(30.170)	(28.078)	(38.588)	(32.120)
Outras (despesas) receitas operacionais	17.b	1.994	(698)	(498)	(698)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	13.895	8.232	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(14.281)	(20.544)	(39.086)	(32.818)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		478.220	354.720	489.204	358.740
Receitas financeiras	18	37.906	46.749	47.633	60.945
Despesas financeiras	18	(128.255)	(73.637)	(143.774)	(88.464)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	387.871	327.832	393.063	331.221
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(112.822)	(69.533)	(118.054)	(72.960)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	(13.207)	(37.877)	(13.167)	(37.839)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.d	261.842	220.422	261.842	220.422
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,20	0,17	0,20	0,17
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de três meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/07/2023	01/07/2022	01/07/2023	01/07/2022
		a	a	a	a
		30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
RECEITA LÍQUIDA	16	311.037	301.925	347.976	323.221
Energia elétrica comprada para revenda		(66.887)	(113.487)	(67.619)	(113.671)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(17.328)	(15.794)	(19.991)	(19.748)
Depreciação e amortização		(32.779)	(27.010)	(45.247)	(34.244)
Repactuação do risco hidrológico		-	67	-	67
Outros custos com geração de energia		(33.498)	(26.173)	(37.200)	(29.185)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(150.492)	(182.397)	(170.057)	(196.781)
LUCRO BRUTO		160.545	119.528	177.919	126.440
Despesas gerais e administrativas		(10.957)	(7.502)	(14.406)	(9.580)
Outras (despesas) receitas operacionais		2.297	(114)	(167)	(113)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	7.962	4.017	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	17.b	(698)	(3.599)	(14.573)	(9.693)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		159.847	115.929	163.346	116.747
Receitas financeiras	18	11.708	20.508	15.330	26.165
Despesas financeiras	18	(38.299)	(22.541)	(43.628)	(27.358)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	133.256	113.896	135.048	115.554
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(38.450)	(31.746)	(40.202)	(33.470)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	(2.999)	(4.280)	(3.039)	(4.214)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		91.807	77.870	91.807	77.870
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.b	0,07	0,06	0,07	0,06
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.b	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2022
	a	a	a	a
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Lucro líquido do período	261.842	220.422	261.842	220.422
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	261.842	220.422	261.842	220.422

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2023	01/07/2022	01/07/2023	01/07/2022
	a	a	a	a
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Lucro líquido do período	91.807	77.870	91.807	77.870
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	91.807	77.870	91.807	77.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido controladora e consolidado

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	220.422	220.422
Constituição de reserva de lucros		-	-	285.835	-	285.835
Em 30 de setembro de 2022		1.291.488	566.417	285.835	220.422	2.364.162
Em 31 de dezembro de 2022		1.291.488	566.417	181.084	-	2.038.989
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	261.842	261.842
Em 30 de setembro de 2023		1.291.488	566.417	181.084	261.842	2.300.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	261.842	220.422	261.842	220.422
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	7 e 8	98.312	92.799	135.549
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	7 e 8	601	(113)	886
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	(13.895)	(8.232)	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		127.244	74.025	143.515
Imposto de renda e contribuição social		126.029	107.410	131.221
Repactuação do risco hidrológico		-	(67)	-
Amortização do juros capitalizados		2.570	1.649	-
Amortização prêmio de repactuação do risco hidrológico		4.787	2.450	4.787
Provisões para processos judiciais		748	1.002	748
		608.238	491.345	678.548
				539.636
Variação de ativos e passivos				
Contas a receber		(8.353)	(17.678)	(8.188)
Tributos a recuperar		(102.644)	5.727	(97.277)
Depósitos judiciais	14.b	(267)	1.513	(267)
Outros ativos		(937)	(17.826)	(1.827)
Fornecedores		(11.079)	(4.566)	(12.168)
Tributos e contribuições sociais		94.678	(13.545)	84.616
Provisão para compromissos futuros	13	(10.528)	(16.900)	(11.070)
Outros passivos		(12.977)	7.329	(12.905)
		(52.107)	(55.946)	(59.086)
				(46.501)
Caixa gerado pelas operações		556.131	435.399	619.462
Imposto de renda e contribuição social pagos		(33.802)	(29.216)	(33.802)
Juros pagos	12	(37.291)	(34.122)	(48.863)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		485.038	372.061	536.797
				416.419
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições no imobilizado e no intangível	7 e 8	(19.161)	(20.198)	(252.300)
Aumento/Integralização de capital em controladas	6	(241.602)	(209.319)	-
Dividendos recebidos		12.849	-	-
Novas aplicações financeiras		(965.847)	(124.851)	(1.090.782)
Resgates de aplicações financeiras		976.319	-	1.090.003
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(237.442)	(354.368)	(253.079)
				(341.971)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de financiamentos e debêntures	12	(33.964)	(24.120)	(42.263)
Pagamentos de arrendamentos		(1.170)	(2.401)	(2.256)
Pagamento de concessões	11	(92.493)	(58.398)	(92.493)
Pagamento de dividendos	15.a	(154.999)	(220.000)	(154.999)
Financiamentos obtidos	12	-	233.090	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(282.626)	(71.829)	(292.011)
				(80.082)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(35.030)	(54.136)	(8.293)
No início do exercício		422.189	274.232	491.003
No fim do período		387.159	220.096	482.710
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(35.030)	(54.136)	(8.293)
				(5.634)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					
Receitas		957.470	947.768	1.076.561	1.021.075
Venda de energia	16	955.828	946.925	1.075.664	1.020.932
Outras receitas	16	1.642	843	897	143
Insumos adquiridos de terceiros		(157.098)	(265.312)	(180.168)	(280.073)
Custos com aquisição de energia para revenda	17.a	(109.323)	(217.271)	(115.407)	(220.378)
Serviços de Terceiros		(45.839)	(45.822)	(62.557)	(57.439)
Materiais		(1.936)	(2.219)	(2.204)	(2.256)
Outros custos operacionais:		(99.702)	(94.297)	(113.047)	(105.767)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	17.a	(51.334)	(52.668)	(63.731)	(62.568)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	16.b	(19.293)	(16.910)	(19.293)	(16.910)
Encargos regulatórios		(11.624)	(11.110)	(12.126)	(11.363)
Repactuação do risco hidrológico		-	67	-	67
Outros		(17.451)	(13.676)	(17.897)	(14.993)
Valor adicionado bruto		700.670	588.159	783.346	635.235
Retenções					
Depreciação e amortização	7 e 8	(98.312)	(92.799)	(135.549)	(114.449)
Valor adicionado líquido		602.358	495.360	647.797	520.786
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	13.895	8.232	-	-
Receitas financeiras	18	37.906	46.749	47.633	60.946
Valor adicionado a distribuir		654.159	550.341	695.430	581.732
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados		43.338	42.763	43.462	42.764
Remuneração direta		33.944	34.358	33.945	34.358
Benefícios		7.701	6.940	7.824	6.941
FGTS		1.693	1.465	1.693	1.465
Impostos, taxas e contribuições		218.365	211.950	242.523	228.148
Federais		214.355	193.443	224.259	200.045
Estaduais		3.853	18.395	18.087	27.989
Municipais		157	112	177	114
Remuneração de capitais de terceiros		130.614	75.206	147.603	90.398
Juros		127.948	73.063	143.397	86.946
Aluguéis		2.146	1.569	3.324	1.935
Outras despesas financeiras		520	574	882	1.517
Remuneração de capitais próprios		261.842	220.422	261.842	220.422
Dividendos retidos		261.842	220.422	261.842	220.422
Valor adicionado distribuído		654.159	550.341	695.430	581.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança", "Controladora" ou "Companhia") é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. ("Vale") e Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.701 MW. Desse total, (i) 1.422 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 774 MW médios, e (ii) 187 MW por meio de participações em 6 parques eólicos com garantia física de 82 MW médios; e (iv) 92 MW em implantação com 2 parques eólicos no Rio Grande do Norte com garantia física de 45 MW médios. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 - Investimentos.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas hidrelétricas e consórcios da Companhia:

Empreendimento - Usina Hidrelétrica	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) ¹	Energia assegurada (MW médios) ¹	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	80	Mai/40
Eliezer Batista ("Aimorés")	100%	Aimorés	Doce	330	173	Nov/39
Amador Aguiar ("Consórcio Capim Branco")						
Amador Aguiar I ("Capim Branco I")	87,36%	Araguari	Araguari	240	147	Nov/42
Amador Aguiar II ("Capim Branco II")	87,36%	Araguari	Araguari	210	125	Jan/42 ²
Porto Estrela ("Consórcio de Porto Estrela")	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	59	Jul/32 ³
Igarapava ("Consórcio de Igarapava")	52,65%	Conquista	Grande	210	128	Set/31
Risoleta Neves ("Consórcio de Candonga")	50,00%	Rio Doce	Doce	140	62	Dez/38

¹ Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio.

² Processo ANEEL em andamento, os cálculos a serem homologados dependem da deliberação da extensão referente à repactuação ACR e deverão alterar o termo final da outorga da concessão.

³ Não ocorreu adesão à repactuação para a UHE Porto Estrela, considerado o vencimento da concessão atual.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" - identificadas como consolidado.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1). No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos construídos de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e não nas condensadas individuais da controladora.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Em 29 de novembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e autorizaram a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 10 de março de 2023. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

2.3 | Principais políticas contábeis

Neste período, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4 | Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações do CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o lucro e a aplicação do CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Companhia.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Caixa e contas bancárias	357	1.716	357	1.716
Recursos mantidos em aplicações financeiras	386.802	420.473	482.353	489.287
	387.159	422.189	482.710	491.003

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 99% e 115% em 30 de setembro de 2023 (85% até 115% em 31 de dezembro de 2022), conforme definido na contratação de cada operação.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 20.

4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Certificados de depósitos bancários - CDB ¹	15.900	26.372	17.203	18.614
Fundo de investimentos em cotas - FIC ²	-	-	9.259	8.508
Fundo de investimentos em cotas - FIC (Caixa restrito) ²	-	-	15.136	13.697
	15.900	26.372	41.598	40.819
Ativo circulante	15.900	26.372	26.462	27.122
Ativo não circulante	-	-	15.136	13.697
	15.900	26.372	41.598	40.819

¹ Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que variaram entre 99% e 115% em 30 de setembro de 2023 (85% e 115% em 31 de dezembro 2022) conforme definido na contratação de cada operação.

² Os fundos de investimentos são compostos por cotas pós-fixadas, vinculadas a aplicações em fundos de renda fixa, títulos públicos e outros. A rentabilidade média ponderada em cada carteira em 30 de setembro de 2023 equivale a 99,20% do CDI (98,67% do CDI em 31 de dezembro de 2022), conforme definido na contratação de cada operação. Parte do saldo das aplicações financeiras no fundo são mantidos como caixa restrito para atender compromissos operacionais vinculados as debêntures.

Administração não espera utilizar esses recursos financeiros, mantidos no circulante, para atender compromissos operacionais de curto prazo (próximos três meses) e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Industrial ou equivalente	64.424	59.629	74.835	63.537
Suprimento a outras concessionárias	62.634	59.824	65.019	63.018
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	-	-	5.858
Outros valores a receber	862	114	861	114
	127.920	119.567	140.715	132.527

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, contas a receber da Companhia possui títulos a vencer inferiores a 60 dias, não possuímos títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 20.

6 | Investimentos

a. MOVIMENTAÇÃO DOS SALDOS DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA				
	31/12/2022	Aumento de Capital / AFAC	Adição / Amortização	Resultado do período	30/09/2023
Garrote	69.210	-	-	4.067	73.277
Santo Inácio III	83.857	-	-	4.145	88.002
São Raimundo	102.372	-	-	1.536	103.908
Santo Inácio IV	68.693	-	-	4.292	72.985
Acauã I	139.305	124.506	-	(4.260)	259.551
Acauã II	199.987	89.992	-	(3.185)	286.794
Acauã III	122.767	24.415	-	219	147.401
Gravier	401.968	2.689	-	7.302	411.959
Mais valia CESI	8.390	-	(221)	-	8.169
Juros capitalizados	102.728	-	(2.570)	-	100.158
Juros capitalizados em implantação	45.374	-	23.743	-	69.117
	1.344.651	241.602	20.952	14.116	1.621.321

	CONTROLADORA						31/12/2022
	31/12/2021	Aumento de Capital / AFAC	Adição/Re-classificação/Amortização	Resultado do exercício	Dividendos a receber	Redução de capital	
Garrote	92.672	-	-	6.043	(7.355)	(22.150)	69.210
Santo Inácio III	117.090	-	-	7.536	(8.519)	(32.250)	83.857
São Raimundo	128.749	-	-	4.168	(3.344)	(27.201)	102.372
Santo Inácio IV	93.504	-	-	6.540	(8.200)	(23.151)	68.693
Acauã I	75.211	67.671	-	(3.577)	-	-	139.305
Acauã II	99.212	103.568	-	(2.793)	-	-	199.987
Acauã III	74.644	49.769	-	(1.646)	-	-	122.767
Gravier	294.073	112.864	-	(4.969)	-	-	401.968
Mais valia CESI	8.706	-	(316)	-	-	-	8.390
Juros capitalizados	61.977	-	40.751	-	-	-	102.728
Juros capitalizados em implantação	31.241	-	14.133	-	-	-	45.374
	1.077.079	333.872	54.568	11.302	(27.418)	(104.752)	1.344.651

b. CONCILIAÇÃO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DA CONTROLADORA

	30/09/2023	30/09/2022
Resultado do período	14.116	8.474
Amortização da mais valia CESI	(221)	(242)
Resultado da equivalência patrimonial	13.895	8.232

Valores capitalizados CESI e Gravier

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio e Central Eólica Gravier. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações contábeis da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

Em dezembro de 2017, o parque Eólico Santo Inácio entrou em operação e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2051). Em 30 de setembro de 2023, o montante amortizado acumulado é de R\$13.357 (R\$11.778 em 31 de dezembro de 2022).

Em dezembro de 2022, o parque Eólico Gravier entrou em operação e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2055). Em 30 de setembro de 2023, o montante amortizado acumulado é de R\$991 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

Valores capitalizados Projeto Eólico de Acauã

As Centrais Eólicas Acauã I e II encontram-se em fase de construção e, por esse motivo, os juros da dívida ainda estão sendo capitalizados. Tendo em vista a entrada em operação da Central Eólica Acauã III, interrompemos sua capitalização de juros.

O Projeto Eólico de Acauã possui o montante de juros capitalizados de R\$69.117 em 30 de setembro de 2023 (R\$45.374 em 31 de dezembro de 2022).

Mais valia CESI

A Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$8.169 em 30 de setembro de 2023 (R\$8.390 em 31 de dezembro de 2022) referente ao ágio aportado pelo acionista.

c. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as Companhias abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais e de resultado das controladas são apresentados como seguem:

	30/09/2023						
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Dividendos pagos	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	63.032	124.934	51.657	73.277	3.409	4.067	15.501
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	76.476	156.502	68.499	88.003	4.032	4.145	19.408
Central Eólica São Raimundo S.A.	96.185	164.805	60.897	103.908	1.639	1.536	15.105
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	62.094	125.412	52.430	72.982	3.769	4.292	15.697
Central Eólica Acauã I S.A.	269.311	260.561	1.010	259.551	-	(4.260)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	294.488	288.442	1.647	286.795	-	(3.185)	539
Central Eólica Acauã III S.A.	150.924	148.428	1.026	147.402	-	219	2.504
Central Eólica Gravier S.A.	412.109	445.342	33.384	411.958	-	7.302	31.693

	31/12/2022						
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Dividendos pagos	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	63.032	126.199	55.554	70.645	-	6.043	19.115
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	76.476	158.929	73.282	85.647	-	7.536	24.638
Central Eólica São Raimundo S.A.	96.185	166.867	63.715	103.152	-	4.168	18.978
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	62.094	126.777	56.534	70.243	-	6.540	19.438
Central Eólica Acauã I S.A.	144.805	140.324	1.020	139.304	-	(3.577)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	204.496	202.179	2.191	199.988	-	(2.793)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	126.509	123.211	444	122.767	-	(1.646)	-
Central Eólica Gravier S.A.	409.420	426.386	24.418	401.968	-	(4.969)	3.817

Parque Eólico Santo Inácio (“CESI”)

O CESI teve o início de operação em dezembro de 2017 e é formado pelas seguintes centrais eólicas: Central Eólica Garrote S.A. (“Garrote”), Central Eólica São Raimundo S.A. (“São Raimundo”), Central Eólica Santo Inácio III S.A. (“Santo Inácio III”), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (“Santo Inácio IV”), todas localizadas no município de Icapuí (CE) com capacidade instalada total de 98,7MW.

Central Eólica Gravier (“Gravier”)

Localizado em Icapuí (CE) com o início da implantação do empreendimento em janeiro de 2021 e operação comercial plena foi em dezembro de 2022. O projeto conta com 17 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW.

Projeto Eólico Acauã (“Acauãs”)

As sociedades que integram esse projeto são: Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”). Localizado nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte, o projeto teve o início da implantação em março de 2021.

Em agosto de 2023 a Central Eólica Acauã III obteve liberação para operação comercial de suas atividades, através de despacho nº 3.161. A Central Eólica conta com 4 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 16,80 MW.

A operação comercial plena das Centrais Eólicas Acauã I e II está estimada para janeiro e fevereiro de 2024, respectivamente. As Centrais Eólicas I e II contarão com 26 aerogeradores tendo uma capacidade instalada total de 109,2 MW.

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2021	109.911	1.043.850	275.038	1.111.152	2.100	30.576	2.572.627
Adições	2.773	170	680	778	1	32.330	36.732
Baixas	(2.169)	-	(1.565)	(2.543)	(16)	(5.363)	(11.656)
Transferência	-	160	35	3.895	113	(4.203)	-
Em 31/12/2022	110.515	1.044.180	274.188	1.113.282	2.198	53.340	2.597.703
Adições	920	-	-	-	-	19.188	20.108
Baixas	(1.380)	-	-	(169)	-	(36)	(1.585)
Transferência	-	-	-	3.732	12	(3.744)	-
Em 30/09/2023	110.055	1.044.180	274.188	1.116.845	2.210	68.748	2.616.226
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2021	(36.292)	(484.456)	(134.581)	(571.023)	(1.070)	(3.885)	(1.231.307)
Adições	(3.976)	(30.476)	(9.480)	(31.680)	(97)	(330)	(76.039)
Baixas	-	-	1.937	1.627	15	-	3.579
Em 31/12/2022	(40.268)	(514.932)	(142.124)	(601.076)	(1.152)	(4.215)	(1.303.767)
Adições	(3.099)	(23.468)	(7.146)	(24.650)	(56)	(264)	(58.683)
Baixas	-	-	-	101	-	-	101
Em 30/09/2023	(43.367)	(538.400)	(149.270)	(625.625)	(1.208)	(4.479)	(1.362.349)
Valor líquido							
Em 31/12/2022	70.247	529.248	132.064	512.206	1.046	49.125	1.293.936
Em 30/09/2023	66.688	505.780	124.918	491.220	1.002	64.269	1.253.877
Taxa média de depreciação	3,75%	3,00%	3,47%	2,95%	3,39%	0,58%	3,00%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2021	126.911	1.043.402	298.941	1.728.625	13.896	601.440	3.813.215
Adições	4.174	170	681	778	3.681	423.719	433.203
Baixas	(2.258)	-	(1.566)	(3.009)	(5.108)	(5.666)	(17.607)
Transferência	-	160	35	6.101	113	(6.409)	-
Em 31/12/2022	128.827	1.043.732	298.091	1.732.495	12.582	1.013.084	4.228.811
Adições	7.494	-	-	-	675	275.482	283.651
Baixas	(1.632)	-	-	(169)	-	(69)	(1.870)
Transferência	-	-	-	3.732	12	(3.744)	-
Em 30/09/2023	134.689	1.043.732	298.091	1.736.058	13.269	1.284.753	4.510.592
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2021	(37.528)	(484.456)	(137.907)	(679.754)	(2.282)	(4.617)	(1.346.544)
Adições	(4.444)	(30.476)	(10.415)	(59.575)	(461)	(459)	(105.830)
Baixas	2	-	1.937	1.627	139	-	3.705
Em 31/12/2022	(41.970)	(514.932)	(146.385)	(737.702)	(2.604)	(5.076)	(1.448.669)
Adições	(3.662)	(23.468)	(7.684)	(59.528)	(236)	(421)	(94.999)
Baixas	-	-	-	101	-	-	101
Em 30/09/2023	(45.632)	(538.400)	(154.069)	(797.129)	(2.840)	(5.497)	(1.543.567)
Valor líquido							
Em 31/12/2022	86.857	528.800	151.706	994.793	9.978	1.008.008	2.780.142
Em 30/09/2023	89.057	505.332	144.022	938.929	10.429	1.279.256	2.967.025
Taxa média de depreciação	3,71%	3,00%	3,44%	4,58%	2,43%	0,05%	2,90%

(a) Terrenos vinculados aos contratos de concessão não possuem previsão de indenização e são depreciados de acordo com o período da concessão. E para o consolidado, possuímos terrenos arrendados que são depreciados conforme os contratos de arrendamento.

(b) A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$169.275 em 30 de setembro 2023 (R\$148.102 em 31 de dezembro 2022). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento.

Como nas autorizações outorgadas para a Companhia não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados, que são de vida útil definida.

Rompimento de barragem de rejeitos em Mariana

Desde janeiro de 2020 foram mobilizadas equipes para reabilitação integral dos equipamentos e sistema avariados ou que tiveram seu funcionamento comprometido com a chegada do rejeito oriundo da barragem de Fundão da Samarco. Foram executadas atividades visando a reabilitação de todos estes equipamentos que compõem o circuito hidromecânico, além das comportas da tomada d'água e sistemas de bombeamento e refrigeração das Unidades Geradoras. Em paralelo, considerando que somente parte do rejeito foi retirado do reservatório pela Samarco, foram realizadas obras de reforço do barramento da usina, com concretagem de blocos de concreto no parâmetro de jusante da barragem principal para retomar os valores de fator de segurança da estrutura conforme concebido no projeto original para o novo cenário de operação da UHE Risoleta Neves.

Em dezembro de 2022, o foi realizado o reenchimento do reservatório por decisão judicial. Na época, a Justiça se baseou em relatórios técnicos emitidos pela AECOM, assessora técnica do Ministério Público Federal Minas Gerais (MPMG), que recomendava o reenchimento para não haver perda nas atividades de remoção de rejeito já executadas e que não havia qualquer risco estrutural para o barramento principal.

O retorno operacional e entrada em operação comercial aconteceu de forma gradual, unidade geradora por unidade geradora, conforme despachos publicados pela ANEEL, sendo que em 28 de abril de 2023, retomou a operação comercial da Unidade Geradora UG02, autorizado pela ANEEL, por meio do despacho nº 1.178, de 27 de Abril de 2023, em 04 de maio de 2023, retomou a operação comercial da Unidade Geradora UG01, autorizado pela ANEEL, por meio do despacho nº 1.242, de 04 de maio de 2023 e por fim em 31 de maio de 2023, com o retorno da operação comercial da Unidade Geradora UG03, por meio do despacho nº 1.598, de 30 de maio de 2023. Neste contexto o Consórcio Candonga concluiu integralmente a recuperação das 03 unidades geradoras da UHE Risoleta Neves.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, dentro do grupo "Outros" (consolidado), a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu Complexo Eólico de Santo Inácio e Central Eólica Gravier, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos das autorizações de operações. Em 30 de setembro de 2023, o montante registrado é de R\$6.735 (R\$6.119 em 31 de dezembro de 2022).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 13 provisão para compromissos futuros.

Consórcios

Em 30 de setembro de 2023, não houve variação na parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios. Adicionalmente, não ocorreu movimentação significativa no período e nas taxas médias de depreciação.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2021	189.278	151.870	1.131	2.194	502.109	-	846.582
Adições	36.424	91	-	4	67	161	36.747
Baixas (a)	(94.157)	-	-	(35)	-	-	(94.192)
Em 31/12/2022	131.545	151.961	1.131	2.163	502.176	161	789.137
Adições	-	-	-	24	-	-	24
Baixas (a)	(25.671)	-	-	-	-	(37)	(25.708)
Em 30/09/2023	105.874	151.961	1.131	2.187	502.176	124	763.453
Amortização acumulada							
Em 31/12/2021	(108.510)	(54.269)	(361)	(1.492)	(10.591)	-	(175.223)
Adições	(9.671)	(8.169)	(38)	(173)	(30.674)	-	(48.725)
Baixas (a)	92.510	-	-	35	-	-	92.545
Em 31/12/2022	(25.671)	(62.438)	(399)	(1.630)	(41.265)	-	(131.403)
Adições	(10.437)	(6.055)	(29)	(128)	(22.980)	-	(39.629)
Baixas (a)	25.671	-	-	-	-	-	25.671
Em 30/09/2023	(10.437)	(68.493)	(428)	(1.758)	(64.245)	-	(145.361)
Valor líquido							
Em 31/12/2022	105.874	89.523	732	533	460.911	161	657.734
Em 30/09/2023	95.437	83.468	703	429	437.931	124	618.092
Taxa média de amortização	10,58%	5,31%	3,42%	7,85%	6,10%	0,00%	6,70%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2021	30.395	193.146	151.870	1.131	2.194	502.109	450	881.295
Adições	-	38.276	91	428	4	67	161	39.027
Baixas (a)	-	(96.586)	-	-	(35)	-	-	(96.621)
Transferências	-	-	-	-	49	-	(49)	-
Em 31/12/2022	30.395	134.836	151.961	1.559	2.212	502.176	562	823.701
Adições	-	-	-	277	24	-	-	301
Baixas (a)	-	(25.671)	-	-	-	-	(37)	(25.708)
Em 30/09/2023	30.395	109.165	151.961	1.836	2.236	502.176	525	798.294
Amortização acumulada								
Em 31/12/2021	(2.698)	(109.075)	(54.269)	(361)	(1.492)	(10.592)	-	(178.487)
Adições	(337)	(9.950)	(8.169)	(38)	(182)	(30.679)	-	(49.355)
Baixas (a)	11	94.452	-	-	35	-	-	94.498
Em 31/12/2022	(3.024)	(24.573)	(62.438)	(399)	(1.639)	(41.271)	-	(133.344)
Adições	(253)	(11.089)	(6.055)	(36)	(135)	(22.982)	-	(40.550)
Baixas (a)	-	25.671	-	-	-	-	-	25.671
Em 30/09/2023	(3.277)	(9.991)	(68.493)	(435)	(1.774)	(64.253)	-	(148.223)
Valor líquido								
Em 31/12/2022	27.371	110.263	89.523	1.160	573	460.905	562	690.357
Em 30/09/2023	27.118	99.174	83.468	1.401	462	437.923	525	650.071
Taxa média de amortização	1,11%	10,97%	5,31%	2,83%	8,09%	6,10%	0,00%	6,56%

- (a) Realizamos a baixa de licenças totalmente amortizadas em 2022 e 2023, ou seja, com o valor residual igual a zero e sem efeito no resultado da Companhia. Dentro do montante total de baixas no período, para o individual e consolidado, apuramos R\$25.671 em 30 de setembro de 2023 (R\$91.158 em 31 de dezembro de 2022) com valor residual zerado.

Os ativos intangíveis servidão, direito de uso do bem público e direito de extensão da concessão são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como nas autorizações outorgadas para a Companhia não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

9 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	22.147	31.485	22.469	31.485
Fornecedores de materiais e serviços	10.504	16.235	34.329	39.241
Encargos de uso da rede elétrica	2.396	4.064	2.396	4.064
Câmara de comercialização de energia elétrica	6.869	1.211	4.639	1.211
	41.916	52.995	63.833	76.001

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 61 dias em 30 de setembro de 2023 (51 dias em 31 de dezembro de 2022) para controladora e consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

Para maiores detalhes em relação ao fluxo de pagamentos vide nota explicativa nº 20.

10 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Imposto de renda	59.579	7.780	59.346	11.251
Contribuição social	17.673	-	18.239	1.045
	77.252	7.780	77.585	12.296

10.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Créditos tributários				
Concessão com outorga onerosa (UBP)	4.967	7.256	4.967	7.256
Provisão para demandas judiciais	-	-	190	190
Demais provisões	10.422	11.106	10.012	10.741
Provisões para compromissos socioambientais	310	-	684	324
Outros	411	331	903	788
	16.110	18.693	16.756	19.299
Obrigações diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(64.120)	(57.362)	(64.120)	(57.362)
Repactuação do risco hidrológico	(148.654)	(156.456)	(148.654)	(156.456)
Depreciação fiscal	(95.557)	(83.889)	(95.557)	(83.889)
	(308.331)	(297.707)	(308.331)	(297.707)
	(292.221)	(279.014)	(291.575)	(278.408)
Total do passivo	(292.221)	(279.014)	(292.221)	(279.014)
Total do ativo	-	-	646	606
	(292.221)	(279.014)	(291.575)	(278.408)

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. A realização do prejuízo fiscal e base negativa registrado em 2021 ocorreu na apuração de 2022.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(279.014)	(240.323)	(278.408)	(239.828)
Débitos alocados às demonstrações de resultados	(21.399)	(50.170)	(21.444)	(50.141)
Créditos alocados às demonstrações de resultados	8.192	11.479	8.277	11.561
Saldo no final do período/exercício	(292.221)	(279.014)	(291.575)	(278.408)

10.2 | Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado no período de 2023 e 2022 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	387.871	327.832	393.063	331.221
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(131.876)	(111.463)	(133.641)	(112.615)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	4.800	2.881	-	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	1.048	(25)
Créditos tributários não constituídos	-	-	-	(42)
Créditos tributários de exercícios anteriores	833	-	833	-
Incentivo fiscal da sudene	-	-	277	475
Exclusão Juros Selic (Tema RG nº 962)	-	1.124	-	1.124
Outros	214	48	262	284
Despesa no resultado	(126.029)	(107.410)	(131.221)	(110.799)
Imposto corrente	(112.822)	(69.533)	(118.054)	(72.960)
Imposto diferido	(13.207)	(37.877)	(13.167)	(37.839)
	(126.029)	(107.410)	(131.221)	(110.799)
Alíquota efetiva	32%	33%	33%	33%

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	133.256	113.896	135.048	115.554
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(45.307)	(38.725)	(45.916)	(39.288)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	2.732	1.397	-	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	1.396	(2.257)
Créditos tributários não constituídos	-	-	-	2.077
Créditos tributários de exercícios anteriores	833	-	833	-
Exclusão juros Selic	-	1.124	-	1.124
Incentivo fiscal da sudene	-	-	143	346
Outros	293	178	303	314
Despesa no resultado	(41.449)	(36.026)	(43.241)	(37.684)
Imposto corrente	(38.450)	(31.746)	(40.202)	(33.470)
Imposto diferido	(2.999)	(4.280)	(3.039)	(4.214)
	(41.449)	(36.026)	(43.241)	(37.684)
Alíquota efetiva	31%	32%	33%	33%

11 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 5,24% a.a. e Porto Estrela 9,22% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	259.458	20.795	2.034	282.287
Efeitos financeiros reconhecidos	49.961	5.577	345	55.883
Amortizações	(52.075)	(5.912)	(411)	(58.398)
Saldo em 30/09/2022	257.344	20.460	1.968	279.772
Saldo em 31/12/2022	253.512	20.225	1.949	275.686
Efeitos financeiros reconhecidos	73.230	6.058	418	79.706
Amortizações	(85.539)	(6.508)	(446)	(92.493)
Saldo em 30/09/2023	241.203	19.775	1.921	262.899

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022
Passivo circulante	41.032	41.047
Passivo não circulante	221.867	234.639
	262.899	275.686

- a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante para controladora e consolidado são conforme segue:

2024	(9.635)
2025	(36.242)
2026	(32.829)
2027	(29.746)
2028	(26.955)
2029 a 2033	(79.122)
2033 em diante	(7.338)
	(221.867)

12 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Debêntures – 2ª emissão	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	78.617	77.670	78.617	77.670
Debêntures – 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	278.788	290.680	278.788	290.680
Debêntures – 4ª emissão (a)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	232.254	236.524	232.254	236.524
Debêntures – 5ª emissão (a)	15/04/2036	IPCA + 6,13%	R\$	247.865	239.818	247.865	239.818
Finem BNDES (b)	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	182.363	188.788
Total				837.524	844.692	1.019.887	1.033.480
Classificadas como:							
Passivo circulante				161.109	134.435	173.314	145.861
Passivo não circulante				676.415	710.257	846.573	887.619
				837.524	844.692	1.019.887	1.033.480

a. DEBÊNTURES

As emissões de todas as debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 da Comissão de Valores Mobiliários e na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011 e são, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela	Espécie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografia
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografia
5ª emissão	15/04/2021	240.000	14	Semestral	15/04/2022	Quirografia

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2021	604.523	801.657
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	233.090	233.140
Encargos financeiros	75.776	93.573
Amortização do principal	(26.077)	(36.290)
Amortização de juros	(42.620)	(58.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	844.692	1.033.480
Encargos financeiros	64.087	77.533
Amortização do principal	(33.964)	(42.263)
Amortização de juros	(37.291)	(48.863)
Saldo em 30 setembro de 2023	837.524	1.019.887

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	30/09/2023	31/12/2022
TJLP	7,00%	7,20%
IPCA	5,19%	5,79%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2024	9.371	22.310
2025	46.762	60.796
2026	48.394	65.152
2027	47.609	68.334
2028	43.297	64.022
2029 a 2033	351.482	436.460
2034 a 2037	129.500	129.499
Financiamentos e debêntures	676.415	846.573

b. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais. As informações mais detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

c. GARANTIAS

Em 30 de setembro de 2023, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES. As informações mais detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

13 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os seis meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	Aimorés	Candonga	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	67.513	498	7.687	4.190	1.301	4.416	85.605	14.111	99.716
Adições / (Baixas)	3.026	(19)	(561)	(420)	1.243	(879)	2.390	(1.070)	1.320
Pagamentos	(14.458)	(79)	(362)	(1.542)	(341)	(118)	(16.900)	-	(16.900)
Atualização	3.895	28	436	285	162	218	5.024	642	5.666
Saldo em 30/09/2022	59.976	428	7.200	2.513	2.365	3.637	76.119	13.683	89.802

Saldo em 31/12/2022	74.348	919	5.099	14.762	2.804	6.488	104.420	14.762	119.182
Adições / (Baixas)	-	-	-	-	-	-	-	673	673
Pagamentos	(6.961)	(103)	(443)	(2.607)	(306)	(108)	(10.528)	(542)	(11.070)
Atualização	5.393	64	371	1.133	205	461	7.627	712	8.339
Saldo em 30/09/2023	72.780	880	5.027	13.288	2.703	6.841	101.519	15.605	117.124

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Passivo circulante	18.544	14.997	19.857	15.997
Passivo não circulante	82.975	89.423	97.267	103.185
	101.519	104.420	117.124	119.182

(a) As provisões das Centrais Eólicas se referem aos compromissos socioambientais e desmantelamento.

Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento das provisões desmantelamento e socioambientais vide nota explicativa nº 7 e 8, respectivamente.

14 | Processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere basicamente às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por seus dois acionistas.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a composição do saldo da controladora e do consolidado:

	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	125.283	31.184	790	157.257
Adições	-	-	6	6
Atualizações	7.496	2.797	33	10.326
Reversões/pagamentos	-	(2.432)	(542)	(2.974)
Saldo em 30/09/2022	132.779	31.549	287	164.615
Saldo em 31/12/2022	133.456	30.037	255	163.748
Adições	3	-	-	3
Atualizações	7.076	2.174	30	9.280
Reversões/pagamentos	(3)	(2.084)	(13)	(2.100)
Saldo em 30/09/2023	140.532	30.127	272	170.931

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações ambientais

- Ação civil pública - Trecho de vazão reduzida**

Ação Civil Pública, distribuída em 2001, alegando irregularidades nos procedimentos autorizativos da UHE Aimorés. Em sentença, publicada em 2015, a Companhia foi condenada a reparar o dano ambiental causado no Trecho de Vazão Reduzida - TVR, mediante apresentação de estudos e projetos destinados à formação de um espelho d'água e, na hipótese de inviabilidade técnica, deve-se quantificar os danos e os custos de medidas compensatórias. Foi apresentado recurso que ainda aguarda análise. A Companhia estima que serão gastos R\$17.500, baseado em dados históricos, na elaboração dos estudos e execução de projetos compensatórios.

O valor provisionado como perda provável é de R\$21.507 em 30 de setembro de 2023 (R\$20.621 em 31 de dezembro de 2022).

- Ação Penal - Morte de Peixes 2016**

Ação Penal distribuída em 2018 e que tem por objeto imputar à Aliança a autoria de crime de poluição culposa com consequente mortes de peixes em março/2016 no Sistema de Transposição de Peixes (STP) da UHE Funil. A sentença aplicou pena de prestação de serviços à comunidade, com custeio de programas ambientais, no valor mensal de R\$1.500 por mês, além de aplicação de multa, recorreram a Aliança e MPF. A Aliança pretendia a anulação do processo, absolvição ou redução da pena, já o MPF pretendia o agravamento da pena para o valor de R\$50.000, aproximadamente. Os responsáveis pelo julgamento reduziram o número de dias multa e reduziu o tempo de pena de prestação de serviço à comunidade para sete meses. Por outro lado, acolheu parcialmente o recurso do MP para majorar o valor que deve ser empregado mensalmente no custeio da pena de prestação de serviços à comunidade para 1% do montante de dividendos distribuídos para os acionistas em 2016. O acórdão apresentou defeitos no julgamento técnico do recurso de defesa. Por

esse motivo, foram opostos Embargos de Declaração em 26 de janeiro de 2022, visando esclarecimentos e prequestionamentos, necessários a substanciar recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. No entanto, a 1ª Turma Recursal negou seguimento aos Embargos. Tendo em vista que os Embargos foram opostos dentro do prazo, foram opostos novos Embargos de Declaração em 10 de fevereiro de 2022. Ainda assim, na sessão de julgamento realizada em 15 de fevereiro de 2022, a 1ª Turma Recursal da SJMG conheceu dos segundos Embargos, mas negou-lhe provimento. Em seguida, foi interposto Recurso Extraordinário, ao qual foi negado seguimento. Desta decisão, foi interposto Agravo Interno e aguarda-se julgamento.

O valor provisionado como perda provável é de R\$19.485 em 30 de setembro de 2023 (R\$18.682 em 31 de dezembro de 2022).

- ***Preservação permanente do entorno do reservatório***

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPMG que tem como principal objeto a formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II (“AHEs Capim Branco”). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, não sendo legítima a instituição de “servidão civil” na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHEs.

Os Pedidos foram julgados parcialmente procedentes para “determinar aos requeridos que instituíam, no prazo de 01 ano, a área de preservação permanente no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Capim Branco, com extensão de 100 metros lineares a partir da cota inundada, sob pena de multa diária de R\$3 até o limite de R\$300”. A sentença e o acórdão impuseram ao CCBE a obrigação de ter a APP do entorno dos reservatórios sob o seu domínio.

O Estado de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais interpuseram recursos ao acórdão do TJMG e os autos serão remetidos ao STF para julgamento de recurso extraordinário assim que transitada em julgado a decisão do STJ.

O valor provisionado como perda provável é de R\$90.977 em 30 de setembro de 2023 (R\$87.560 em 31 de dezembro de 2022).

- ***Ação de indenização***

Ação de indenização c/c obrigação de fazer proposta por Fernando Vidal de Carvalho e outros, sob o fundamento de que o imóvel rural — Fazenda Bocaína — vem sendo severamente degradado e desvalorizado pela implantação da UHE Candonga. Processo em fase de cumprimento de sentença.

O valor provisionado como perda provável é de R\$2.068 em 30 de setembro de 2023 (R\$340 em 31 de dezembro de 2022).

Ações cíveis

- ***Ação de desapropriação***

Trata-se de ação de desapropriação de imóveis, no município de Araguari/MG, para constituição do Parque Estadual do Pau Furado, como forma de compensação florestal estabelecida para atendimento de condicionante ambiental na implantação do empreendimento. Aguarda-se julgamento de recurso especial e extraordinário para prosseguimento da discussão no STJ e no STF.

O valor provisionado como perda provável é de R\$11.697 (R\$10.874 em 31 de dezembro de 2022).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a Controladora e Consolidado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Ambiental	42.402	40.071	43.184	40.794
Cíveis	71.159	55.911	71.276	56.020
Regulatório	30.708	29.025	30.736	29.051
Tributário	86.158	83.621	86.158	83.621
Outras	3.396	3.085	3.396	3.085
	233.823	211.713	234.750	212.571

Ações tributárias

- Auto de infração**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, para cobrança de ICMS, multa e juros, no valor total de R\$30.749 em 30 de setembro de 2023 (R\$28.931 em 31 de dezembro de 2022) relativo à entrada de energia elétrica no estabelecimento da Aliança, ocorridas no período compreendido entre 01/09/2016 e 31/12/2020.

Segundo entendimento da Fiscalização, a Aliança realizou remessas de parte da energia elétrica adquirida com a isenção prevista nas alíneas “b” e “e” do item 210 da Parte 1 do Anexo I do RICMS/02 para destinatários diversos da Companhia mineradora que majoritariamente a constitui, em descumprimento das normas estabelecidas na alínea “a” do item 210.2 da Parte 1 do referido Anexo I do RICMS/02.

Atualmente, aguarda-se a remessa dos autos ao Conselho de Contribuintes de Minas Gerais e o consequente julgamento da impugnação.

Execução fiscal

Ação Ordinária que busca a anulação do crédito indicado no Auto de Infração nº 01.000622023-90, relativo ao ICMS das operações de transferência de energia da Aliança para matriz e consórcios. Em primeira instância foi publicada decisão favorável à Companhia, sendo que no Tribunal de Justiça houve a reversão em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Foi apresentado recurso para combater a decisão da segunda instância, sendo indicado o valor de R\$53.799 em 30 de setembro de 2023 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022), que corresponde ao AI.

Ações regulatórias

- Encargos de Serviços do Sistema – Resolução do Conselho Nacional de Política Energética**

Ação ordinária na qual a Aliança requer para que a União e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE se abstenham de praticar qualquer ato que, com fundamento na Resolução CNPE nº 03/2013, a inclua no rateio do custo do despacho adicional de usina, de modo a garantir o suprimento energético.

Em 09/02/2018, foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos autorais para afastar os efeitos dos artigos 2º, 5º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, em relação à autora, bem como para determinar que a ré promova nova contabilização e devolução dos valores indevidamente pagos a título de Encargos de Serviços do Sistema, observada a

prescrição quinquenal, devidamente atualizados em conformidade com o disposto. Atualmente, aguarda-se julgamento de recurso interposto pela UNIÃO. Foi atribuído o valor de R\$30.070 em 30 de setembro de 2023 (R\$28.203 em 31 de dezembro de 2022).

Ações cíveis

- **Ação de indenização - extração de minerais**

Trata-se de ação de indenização cível, na qual a parte autora (que atua na extração e comercialização de substâncias minerais na região do Consórcio Capim Branco Energia) requer ressarcimento de danos materiais e lucros cessantes em decorrência da inundação da sua propriedade, ocorrida em 2006, inviabilizando a continuidade da atividade de extração de areia. A ação encontra-se em fase de produção de provas, com prognóstico possível, uma vez que a parte autora detinha apenas autorização para pesquisa, sem direito à lavra. Foi atribuído o valor de R\$18.249 em 30 de setembro de 2023 como risco possível (R\$17.374 em 31 de dezembro de 2022).

- **Ação de indenização - CCBE**

Ação de reparação de danos materiais e morais na qual o autor pleiteia indenizações tendo em vista desapropriações realizadas quando da constituição e formação da Usina. O processo está na fase de conhecimento, tendo o CCBE apresentado contestação em 02/2023. Foi atribuído o valor de R\$10.410 em 30 de setembro de 2023 como risco possível (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

- **Ação de indenização - pescadores de Governador Valadares**

Ação de indenização distribuída por 26 pescadores que buscam o recebimento de lucro cessante e percepção de danos morais em razão da implantação das Usinas de Aimorés e Baguari. O processo encontra-se na fase de instrução, aguardando a realização de perícia. Desta forma, foi registrado o valor de R\$12.333 em 30 de setembro de 2023 (R\$11.028 em 31 de dezembro de 2022), conforme cálculo realizado, considerando decisões proferidas em casos similares.

Ações ambientais

- **Ação de reflorestamento**

Ação Civil Pública distribuída em 2002 ao argumento de ocorrência de irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental do Complexo Energético Capim Branco, dentre outros, pela suposta inviabilidade do empreendimento em razão de danos ambientais. A maior parte dos pedidos foi considerada improcedente, subsistindo a obrigação de reflorestamento da faixa de 100 metros, no entorno do reservatório da Usina. Atualmente encontra-se pendente de julgamento de recurso no TRF-1ª Região. Foi atribuído valor de R\$29.657 em 30 de setembro de 2023 (R\$27.000 em 31 de dezembro de 2022) fundamentado nos valores estimados calculados pelo CCBE para o adimplemento dessa obrigação.

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Trabalhista	98	103	98	103
Cíveis	166	136	177	147
Ambiental	6.792	5.839	6.792	5.839
Bloqueio judicial conta bancária	3	-	3	-
	7.059	6.078	7.070	6.089

Exceto pelo descrito anteriormente, em 30 de setembro de 2023, não ocorreram atualizações significativas nos demais processos avaliados como sendo de risco provável ou possível. As informações mais detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

15 | Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	30/09/2023		31/12/2022	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	710.370.375	710.318.125,65	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	581.212.125	581.169.375,35	581.212.125	581.169.375,35
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

(a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia.

No dia 30 de abril de 2023, a Companhia realizou o pagamento de R\$154.999 de dividendos. Dessa forma, em 30 de setembro 2023 o montante a pagar é de R\$126.410 (R\$281.409 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

(c) Reserva de capital

O tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, é o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital, de forma que se manteve no Capital Social a proporção de 55% e 45% para Vale e Cemig GT, respectivamente.

(d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	01/01/2023 à 30/09/2023	01/01/2022 à 30/09/2022
Lucro líquido do período	261.842	220.422
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,20	0,17

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	01/07/2023 à 30/09/2023	01/07/2022 à 30/09/2022
Lucro líquido do período	91.807	77.870
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,07	0,06

16 | Receita Líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 à 30/09/2023	01/01/2022 à 30/09/2022	01/01/2023 à 30/09/2023	01/01/2022 à 30/09/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	953.601	945.575	1.069.786	1.017.675
Transações com energia na CCEE	2.227	1.350	5.874	3.222
Receita bruta pela prestação de serviços	1.642	843	155	143
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(123.013)	(131.963)	(142.461)	(144.984)
	834.457	815.805	933.354	876.056

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2023 à 30/09/2023	01/07/2022 à 30/09/2022	01/07/2023 à 30/09/2023	01/07/2022 à 30/09/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	352.432	353.676	393.220	377.097
Transações com energia na CCEE	-	-	2.511	1.684
Receita bruta pela prestação de serviços	548	281	54	78
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(41.943)	(52.032)	(47.809)	(55.638)
	311.037	301.925	347.976	323.221

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 à 30/09/2023	01/01/2022 à 30/09/2022	01/01/2023 à 30/09/2023	01/01/2022 à 30/09/2022
Industrial ou equivalente	483.289	502.889	584.865	547.041
Suprimento Geração 3ª	31.523	13.208	46.132	13.208
Suprimento a outras concessionárias	438.789	429.478	438.789	457.426
	953.601	945.575	1.069.786	1.017.675

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2023 à 30/09/2023	01/07/2022 à 30/09/2022	01/07/2023 à 30/09/2023	01/07/2022 à 30/09/2022
Industrial ou equivalente	194.364	206.597	228.913	220.719
Suprimento Geração 3ª	7.416	905	13.655	905
Suprimento a outras concessionárias	150.652	146.174	150.652	155.473
	352.432	353.676	393.220	377.097

b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Tributos sobre a receita				
PIS	(15.755)	(15.346)	(16.595)	(15.912)
COFINS	(72.570)	(70.687)	(76.444)	(73.297)
ICMS - substituição tributária	(3.688)	(17.868)	(17.923)	(27.461)
ISS	(82)	(42)	(82)	(41)
	(92.095)	(103.943)	(111.044)	(116.711)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(19.293)	(16.910)	(19.293)	(16.910)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(3.293)	(2.968)	(3.794)	(3.221)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(3.332)	(3.257)	(3.332)	(3.257)
Pesquisa expansão sistema energético – MME	(1.666)	(1.628)	(1.666)	(1.628)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.334)	(3.257)	(3.332)	(3.257)
	(30.918)	(28.020)	(31.417)	(28.273)
	(123.013)	(131.963)	(142.461)	(144.984)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Tributos sobre a receita				
PIS	(5.824)	(5.656)	(6.119)	(5.852)
COFINS	(26.826)	(26.055)	(28.188)	(26.959)
ICMS - substituição tributária	-	(11.136)	(4.044)	(13.556)
ISS	(27)	(14)	(27)	(15)
	(32.677)	(42.861)	(38.378)	(46.382)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(5.062)	(5.173)	(5.062)	(5.173)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(1.097)	(989)	(1.264)	(1.074)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(1.242)	(1.204)	(1.242)	(1.204)
Pesquisa expansão sistema energético – MME	(621)	(601)	(621)	(601)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.244)	(1.204)	(1.242)	(1.204)
	(9.266)	(9.171)	(9.431)	(9.256)
	(41.943)	(52.032)	(47.809)	(55.638)

17 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA PARA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Energia elétrica comprada para revenda	(115.518)	(224.833)	(121.602)	(227.940)
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	6.195	7.563	6.195	7.563
Depreciação e amortização	(98.037)	(92.100)	(135.270)	(113.733)
Serviços de terceiros	(36.952)	(35.466)	(53.516)	(46.212)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(51.334)	(52.668)	(58.859)	(62.568)
Pessoal	(27.621)	(26.745)	(27.626)	(26.745)
Materiais	(1.876)	(2.166)	(2.109)	(2.226)
Repactuação do risco hidrológico	-	67	-	67
Outros custos operacionais	(16.813)	(14.193)	(12.277)	(12.704)
	(341.956)	(440.541)	(405.064)	(484.498)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Energia elétrica comprada para revenda	(73.082)	(118.649)	(73.814)	(118.834)
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	6.195	5.164	6.195	5.164
Depreciação e amortização	(32.779)	(27.010)	(45.247)	(34.244)
Serviços de terceiros	(15.345)	(17.053)	(22.873)	(20.911)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(17.328)	(15.794)	(19.991)	(19.749)
Pessoal	(10.687)	(8.031)	(10.692)	(8.031)
Repactuação do risco hidrológico	-	67	-	67
Outros custos operacionais	(7.466)	(1.091)	(3.635)	(243)
	(150.492)	(182.397)	(170.057)	(196.781)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Pessoal	(13.756)	(12.864)	(13.876)	(12.864)
Serviços de terceiros	(10.625)	(7.994)	(20.662)	(8.939)
Participação dos empregados no resultado	(2.062)	(3.113)	(2.062)	(3.113)
Depreciação e amortização	(275)	(699)	(279)	(716)
Contingências	(748)	(1.002)	(748)	(1.005)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(710)	(3.104)	(1.459)	(6.181)
	(28.176)	(28.776)	(39.086)	(32.818)
Resultado de equivalência patrimonial	14.116	8.474	-	-
Amortização do ágio	(221)	(242)	-	-
	13.895	8.232	-	-
	(14.281)	(20.544)	(39.086)	(32.818)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Pessoal	(4.491)	(4.532)	(4.537)	(4.532)
Serviços de terceiros	(4.134)	(2.197)	(13.568)	(2.576)
Participação dos empregados no resultado	(833)	(798)	(833)	(798)
Depreciação e amortização	(94)	(219)	(95)	(219)
Contingências	(105)	(87)	(103)	(87)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	997	217	4.563	(1.481)
	(8.660)	(7.616)	(14.573)	(9.693)
Resultado de equivalência patrimonial	8.036	4.109	-	-
Amortização do ágio	(74)	(92)	-	-
	7.962	4.017	-	-
	(698)	(3.599)	(14.573)	(9.693)

18 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	36.414	41.961	46.018	55.912
Atualização juros selic	176	3.311	220	3.311
Outras	1.316	1.477	1.395	1.722
	37.906	46.749	47.633	60.945
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(79.706)	(55.883)	(79.706)	(55.883)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(7.627)	(5.024)	(8.339)	(5.666)
Encargos de financiamentos e debêntures	(40.344)	(11.926)	(53.790)	(25.138)
Outras	(578)	(804)	(1.939)	(1.777)
	(128.255)	(73.637)	(143.774)	(88.464)
	(90.349)	(26.888)	(96.141)	(27.519)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	11.371	16.981	14.965	22.636
Atualização juros selic	112	3.311	122	3.311
Outras	225	216	243	218
	11.708	20.508	15.330	26.165
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(26.084)	(19.742)	(26.084)	(19.742)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(2.488)	(1.617)	(2.667)	(1.575)
Encargos de financiamentos e debêntures	(9.552)	(790)	(13.891)	(5.328)
Outras	(175)	(392)	(986)	(713)
	(38.299)	(22.541)	(43.628)	(27.358)
	(26.591)	(2.033)	(28.298)	(1.193)

19 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Contas a receber								
Venda de energia	-	-	64.413	59.629	18.996	18.567	83.409	78.196
Serviços de backoffice	506	247	-	-	-	-	506	247
Acerto de contingências passivas (iii)	-	-	107.038	101.307	57.170	54.905	164.208	156.212
Dividendos a receber	21.874	34.723	-	-	-	-	21.874	34.723
Contas a pagar								
Serviços de O&M	-	-	110	-	856	947	966	947
Dividendos a pagar	-	-	69.526	154.775	56.884	126.634	126.410	281.409
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	2.396	4.076	2.396	4.076

	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Resultado								
Receita com venda de energia	-	-	492.827	502.623	155.829	169.029	648.656	671.652
Receita com serviços de backoffice	745	700	-	-	-	-	745	700
TUSD ¹ / TUST ²		-		-	(34.351)	(38.006)	(34.351)	(38.006)
Custo com O&M	(75)	-	(31)	(30)	(4.559)	(4.218)	(4.665)	(4.248)
Compra de energia	-	-	-	(2.228)	-	-	-	(2.228)
Outras despesas		-	(1.457)	(1.181)	-	(2)	(1.457)	(1.183)
Recuperação de despesas	4.023	1.357		-	-	-	4.023	1.357

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) vendas/compras de energia elétrica às acionistas Vale S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A.; (ii) recuperação de despesas; (iii) despesas com contingências relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos; (iv) serviços de operação e manutenção; e (v) dividendos a pagar e receber.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o período findo em 30 de setembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$2.698 (R\$2.316 em 30 de setembro de 2022), incluindo pró-labore, salários e benefícios. Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.

20 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto:

(a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto

(b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, dividendos a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos, dividendos a pagar e concessões a pagar como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	387.159	422.189	482.710	491.003
Aplicações financeiras	15.900	26.372	41.598	27.122
Contas a receber	127.920	119.567	140.715	132.527
Outros valores a receber	14.036	23.344	18.877	23.067
Dividendos a receber	21.874	34.723	-	-
Outros valores a receber de partes relacionadas	164.208	156.212	164.302	156.212
	731.097	782.407	848.202	829.931
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Fornecedores	41.916	52.995	63.833	76.001
Financiamentos e debêntures	837.524	844.692	1.019.887	1.033.480
Arrendamentos	3.212	4.069	24.897	18.462
Dividendos a pagar	126.410	281.409	126.410	281.409
Concessões a pagar	262.899	275.686	262.899	275.686
	1.271.961	1.458.851	1.497.926	1.685.038

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

	CONTROLADORA			
	30/09/2023		31/12/2022	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	262.899	272.337	275.686	288.974
Financiamentos e debêntures	837.524	837.524	844.692	844.692
	1.100.423	1.109.861	1.120.378	1.133.666
	CONSOLIDADO			
	30/09/2023		31/12/2022	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Concessões a pagar	262.899	272.337	275.686	288.974
Financiamentos e debêntures	1.019.887	1.039.035	1.033.480	1.025.482
	1.282.786	1.311.372	1.309.166	1.314.456

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 30 de setembro de 2023. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos e Debêntures (Nota nº 11) indexado à variação do CDI e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 30 de setembro de 2023.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI e TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2023, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 7,00%, IPCA de 4,28% e o CDI acumulado será de 10,50% para as aplicações financeiras e empréstimos. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

a. CONTROLADORA:

	30/09/2023			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 10,50%	Cenário I CDI 13,13%	Cenário II CDI 15,75%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	402.702	444.986	455.577	466.128
Ativo exposto	402.702	444.986	455.577	466.128
Efeito no resultado		42.284	52.875	63.426

	30/09/2023			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 4,28%	Cenário I IPCA 5,35%	Cenário II IPCA 6,42%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(837.524)	(873.370)	(881.332)	(891.293)
Passivo exposto	(837.524)	(873.370)	(881.332)	(891.293)
Efeito no resultado		(35.846)	(44.808)	(53.769)
Efeito líquido da variação no resultado		6.438	8.067	9.657

b. CONSOLIDADO:

	30/09/2023			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base CDI 10,50%	Cenário I CDI 13,13%	Cenário II CDI 15,75%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	523.951	578.966	592.746	606.473
Ativo exposto	523.951	578.966	592.746	606.473
Efeito no resultado		55.015	68.795	82.522

	30/09/2023			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 4,28%	Cenário I IPCA 5,35%	Cenário II IPCA 6,42%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(837.524)	(873.370)	(882.332)	(891.293)
Passivo exposto	(837.524)	(873.370)	(882.332)	(891.293)
Efeito no resultado		(35.846)	(44.808)	(53.769)

	30/09/2023			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 7,00%	Cenário I TJLP 8,75%	Cenário II TJLP 10,50%
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa nº 12)	(182.363)	(195.128)	(198.320)	(201.511)
Passivo exposto	(182.363)	(195.128)	(198.320)	(201.511)
Efeito no resultado		(12.765)	(15.957)	(19.148)
Efeito líquido da variação no resultado		6.404	8.030	9.605

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de setembro 2023. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11) indexado à variação do IGP-M.

• **Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2023, a taxa IGP-M anualizada será de 2,39%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

	30/09/2023			
RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	Valor Contábil	Cenário Base IGP-M 2,39%	Cenário I IGP-M 2,99%	Cenário II IGP-M 3,59%
Passivo				
Concessões a pagar (nota explicativa no 11)	(262.899)	(269.182)	(270.760)	(272.337)
Passivo líquido exposto	(262.899)	(269.182)	(270.760)	(272.337)
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		(6.283)	(7.861)	(9.438)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

CONTROLADORA	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	43.709	-	-	-	43.709
Financiamentos e debêntures	7.863	35.081	252.345	561.549	856.838
Arrendamentos	383	1.138	2.153	-	3.674
Dividendos a pagar	-	126.410	-	-	126.410
Concessões a pagar	10.644	30.387	128.915	92.952	262.898
	62.599	193.016	383.413	654.501	1.293.529
CONSOLIDADO	De 1 a 3 Meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	66.564	-	-	-	66.564
Financiamentos e debêntures	10.966	44.456	322.054	666.115	1.043.591
Arrendamentos	871	2.593	9.690	15.533	28.687
Dividendos a pagar	-	126.410	-	-	126.410
Concessões a pagar	10.644	30.387	128.915	92.952	262.898
	89.045	203.846	460.659	774.600	1.528.150

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 30 de setembro de 2023, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 12 – Financiamentos e Debêntures).

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	387.159	422.189	482.710	491.003
Aplicações financeiras	15.900	26.372	41.598	40.819
Contas a receber	127.920	119.567	140.715	132.527
Outros valores a receber de partes relacionadas	164.208	156.212	164.302	156.212
Total da exposição	695.187	724.340	829.325	820.561

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico, substituída pela Resolução Normativa Aneel nº 1.035, de 26 de julho de 2022 que consolida os atos regulatórios relativos à metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela e Capim Branco II.

21 | Cobertura de seguros

a. SEGURO DE VIDA

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b. SEGURO SAÚDE

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. Em 30 de setembro de 2023, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$1.966 (R\$1.604 em 30 de setembro de 2022).

c. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO OPERACIONAL

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$707.259, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2024.

22 | Compromissos

Em 30 de setembro de 2023, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes à implantação do Projeto Eólico Santo Inácio:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$85.043 em 30 de setembro de 2023 (R\$70.573 em 31 de dezembro 2022).

Contrato de arrendamento

Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo Inácio III no valor de R\$10.761; Santo Inácio IV no valor de R\$8.163; Garrote no valor de R\$8.163; São Raimundo no valor de R\$8.534; e Gravier R\$13.227.

Balanco energético a longo prazo

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia, suas controladas e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

	MW médios				
	2023	2024	2025	2026	2027
Garantia Física	717,14	762,02	762,02	762,02	762,02
Garantia Física no CG	696,61	739,69	739,69	739,69	739,69
Contratos de Compra	99,20	20,00	10,00	-	-
Contratos de Venda	710,55	687,61	687,61	687,61	687,61
Distribuidor	24,25%	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%
Autoprodutor	63,69%	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%
Gerador	8,99%	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%
Comercializador	3,07%	-	-	-	-
Total Contratado	89,28%	90,51%	91,72%	92,96%	92,96%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- O retorno da operação comercial da UHE Risoleta Neves ocorreu de forma gradativa, sendo a UG2 em 28 de abril de 2023, UG1 em 05 de maio e UG3 em 31 de maio de 2023; e
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até setembro 2023 para todo o horizonte.

23 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Dividendos a receber (1)	-	21.860	-	-
Provisão de demandas judiciais (3)	-	7.511	-	7.511
Contabilização IFRS 16 (4)	51	-	6.316	-
Juros capitalizados (5)	23.743	44.120	23.743	44.120
	23.794	73.491	30.059	51.631

- 1) Destinação de dividendos a receber do Parque Eólico Santo Inácio;
- 2) Juros capitalizados oriundos da 3ª e 5ª emissão de debêntures;
- 3) As provisões de demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão ressarcidas pelos seus acionistas;
- 4) Em 2023 e 2022, a Companhia registrou o passivo de arrendamento e um direito de uso no grupo de imobilizado, de acordo com o IFRS 16; e
- 5) Juros capitalizados da construção dos novos projetos das Centrais Eólicas de Acauã I, II, III e Gravier.

24 | Eventos subsequentes

a. Aportes em controladas

Até outubro de 2023 a Aliança realizou aportes para aumento de capital nas Centrais Eólicas Acauã I, II e III, perfazendo os respectivos montantes de R\$9.232, R\$4.526 e R\$512.

b. Sexta emissão de debêntures

Em 15 de novembro de 2023, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, no valor de R\$340.000. A emissão foi liquidada no dia 24 de novembro de 2023, nos termos da Resolução nº 160/2022 da Comissão de Valores Mobiliários e na forma do artigo 2º da Lei nº12.431/2011. O prazo total é de 14 anos, com vencimento no dia 15 de novembro de 2037 e amortização semestral em 27 (vinte e sete) parcelas, sendo a primeira em 15 de novembro de 2024. O pagamento de juros é semestral a partir de 15 de maio de 2024.”

DIRETORIA

Cibele Soares Dias Dos Anjos
Diretora de Comercialização e de Engenharia

Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho
Diretor de Operações

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0279607

Passo 3 - Digite a senha: tDs73Foj